



AVALIAÇÃO DO PODER MUNDIAL

Ray S. Cline

Diretor-executivo de Estudos Estratégicos do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown, EUA. Professor-adjunto de Relações Internacionais da School of Foreign Service, Georgetown, e da Defense Intelligence School, um instituto de estudos avançados do Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

O tema sobre o qual me proponho a discorrer trata da Avaliação do Poder Mundial. Para tanto, desejo antes expor meu conceito de **politectônica**, que é um auxílio à apreciação do poder num mundo onde as percepções deste são fugazes, transitórias e confusas; e a seguir, esboçar um plano de uma "nova Liga Ateniense" de cooperação entre aliados destinada a assegurar a liberdade dos mares e o acesso dos grandes Estados de comércio internacional às regiões de onde provêm os minerais e o petróleo essenciais às suas indústrias. Minha ponderada opinião é a de que a União Soviética já se encontra engajada numa guerra global de baixa intensidade pelo controle dos recursos econômicos e que as sociedades livres e pluralistas do hemisfério ocidental precisam enfrentar imediatamente tal desafio, porque, doutra forma, o esforço soviético será estrategicamente decisivo, embora esteja ocorrendo num período que, em termos militares, é tecnicamente chamado de paz.

Começando pelos fatos fundamentais, como a geografia — tantas vezes negligenciada em estudos sobre assuntos internacionais — desejo lembrá-los das conclusões de Alfred Thayer Mahan, que, por sinal, pesquisou sua tese numa biblioteca sul-americana. Mahan afirmou que a América do Norte e, na verdade, todo o hemisfério ocidental, é uma ilha cercada pelos oceanos mundiais, e que o poder naval destinado a proteger o comércio transoceânico já foi um ingrediente-chave da prosperidade e da influência dos países marítimos situados na orla eurásica do hemisfério ocidental. Devemos igualmente lembrar que, em 1904, o grande geógrafo britânico Sir Halford Mackinder, frisou o significado do controle político sobre os recursos materiais e humanos da massa terrestre central eurásiana em seu ensaio: "O pivô

geopolítico da história". Mackinder anteviu que o comando do "heartland" eurasiático (essencialmente, a Europa Central e a Rússia, dos Urais ao Reno) levaria ao comando, em primeiro lugar, da Eurásia, de longe a maior de todas as massas terrestres continentais, e, eventualmente, ao domínio de todos os recursos e povos do mundo. Mackinder considerou a Eurásia e a África, a ela ligada por terra, como sendo a "ilha mundial", compreendendo dois terços da superfície terrestre do planeta. Para ele, havia uma diferença fundamental entre as potências terrestres da ilha mundial e as nações insulares, entre as quais incluía as Américas, e receava o dia em que Eurásia e África, juntas, formassem uma base única de poder marítimo capaz de superar em termos navais o hemisfério ocidental e seus aliados insulares.

Partindo desses conceitos básicos de geopolítica, adotei uma palavra nova, "politectônica" — literalmente, estruturação política — com a finalidade de descrever a metodologia fundamentalmente geográfica, mas também essencialmente política, que desenvolvi para fazer a análise estratégica das relações internacionais de poder. Ao utilizar o termo, minha intenção foi denotar a formação e o esfacelamento dos grupos internacionais de poder, principalmente regionais, mas também conformados por forças culturais, políticas, econômicas e militares que determinam o equilíbrio verdadeiro das inter-relações atuais das nações.

Segundo observei em meu livro, *Avaliação do Poder Mundial*, há uma notável analogia entre as tendências políticas e estratégicas, de um lado, e a terminologia das descobertas científicas no campo da geologia, do outro. A superfície da terra é feita de certo número de "plataformas tectônicas" que contêm continentes inteiros e imensas extensões de leitos marítimos e oceanos circundantes. Essas plataformas continentais flutuam sobre um núcleo interno mais fluído e vêm deslocando-se muito lentamente, de um lado para outro, através dos milênios. Notável paralelo do que acontece quando essas plataformas se encontram e se separam pode ser visto na estrutura muito mais rápida de tempo dos deslocamentos das tendências internacionais de poder. A força das nações e dos conglomerados de nações aliadas cresce e esmorece de acordo com os ritmos das mudanças econômicas, militares e políticas, produzindo ou o crescimento e a estabilidade, ou o conflito, o desgaste e a destruição.

A força de uma nação determina até que ponto ela pode exercer sua política sem levar em consideração, ou mesmo contrariando, os interesses de outras nações. Um país forte pode impor a sua vontade sobre outros governos através da persuasão, da coação ou da força militar direta.

É importante compreender que são as percepções de poder, embora inexatas, que decidem o jogo de xadrez internacional. O estudo do poder internacional diz respeito não somente à capacidade de fazer guerra, mas também à capacidade de impor uma vontade dentro de um contexto político e econômico.

Todo país que deseje manter um equilíbrio estratégico favorável no mundo deve saber calcular a capacidade e as intenções dos possíveis amigos e inimigos e reconhecer quando uma nação, por sua afinidade e sua força, pode representar uma ajuda. Portanto, as considerações morais e políticas desempenham importante papel

na política e na estratégia exteriores. As alianças entre as nações podem ser forçadas ou voluntárias, mas representam uma faceta importante do poder e, por vezes, uma limitação do poder nacional.

Na terminologia soviética, a década de 80 será uma era de "coexistência pacífica", quer dizer, toda espécie de guerra ideológica, política, económica e revolucionária será travada contra as sociedades capitalistas sob o guarda-chuva da paridade militar em armas estratégicas. À medida que a Rússia se estender pela Eurásia, África, Américas Central e do Sul, as principais distinções políticas já não serão mais as tradicionais, entre esquerda e direita, mas entre as sociedades pluralistas ou abertas e os Estados totalitários, como a República Popular da China e a União Soviética. Os Estados organizados segundo o modelo leninista-stalinista são irreconciliavelmente contrários à própria existência das sociedades abertas. Não buscam a liberdade política para seus povos, mas pretendem destruir ou cooperar para a destruição das sociedades abertas do mundo.

A maioria dos Estados não-comunistas inclina-se para um modelo pluralista, mas os mais autoritários dentre eles são nacionalistas, antes que totalitários, à medida que procuram combater o perigo do ataque externo ou o colapso social interno. As sociedades pluralistas beneficiam-se da produtividade e da elevação do padrão de vida que resultam do exercício da empresa privada com fins lucrativos. Sobretudo devido a um excesso de centralização de decisões, em cima, e à falta de incentivos adequados, em baixo, o sistema comunista não conseguiu até hoje alcançar vantagens económicas semelhantes.

Apesar da camuflagem de sua retórica, a estratégia soviética é clara e coerente — e de carácter fundamentalmente económico. Stalin proclamou que a esfera de exploração dos recursos mundiais dos principais países capitalistas não se expandiria mais, contraindo-se e deteriorando-se para esses países as condições dos mercados mundiais. Sob os sucessores de Stalin, as intenções dos soviéticos não mudaram, somente o campo de ação ampliou-se com o surgimento do Japão e da Alemanha como centros dominantes de poderio económico, com a escassez do petróleo da região do Golfo Pérsico que, ao mesmo tempo, tornou-se indispensável às nações industriais do mundo, e à medida que a maioria das nações costeiras dos oceanos meridionais ganharam importância na luta pelo acesso às matérias-primas críticas. Não somente tais recursos, mas grande parte da tecnologia avançada por eles possibilitada, deverão ser absorvidos pela esfera soviética de influência, ou cairão diretamente sob seu controle, no decênio de 80.

Exige-se uma visão clara do mundo e uma estratégia coerente e cooperativa, se quisermos frustrar o plano comunista de obter "uma vantagem irreversível na correlação das forças", isto é, uma mudança decisiva no equilíbrio mundial do poder. Num mundo onde os conflitos de baixa intensidade são endêmicos sob o guarda-chuva da dissuasão nuclear, precisamos saber avaliar as várias modalidades de poderio militar, se desejarmos combater com êxito as manobras de nações-Estados e os atos de terrorismo de grupos revolucionários não-estatais, inimigos dos interesses do mundo livre.

Ao analisar a distribuição do poder mundial, dividi o mundo em 11 zonas diferentes, afetadas pelos fatores constantes da geografia e pelas condições constantemente mutáveis da situação política, econômica e militar.

As zonas primordiais, como se pode ver, são: 1) as Américas do Norte e Central, cujo cerne principal está nos EUA; 2) a URSS, *heartland* da Eurásia; e 3) a República Popular da China e os regimes comunistas asiáticos da Coreia do Norte e da Indochina, que juntos ocupam a maioria do continente na Ásia Central.

Na periferia, encontram-se cinco grandes zonas peninsulares ou insulares, as terras periféricas (*rimland*) que podem ser dominadas do centro da massa continental, mas que também estão ligadas intimamente por eixos transoceânicos a outras regiões do mundo, especialmente aos EUA. Essas cinco zonas são: 4) a Europa Ocidental, área crucial, há muito disputada, que se estende da Grécia ao Reino Unido, uma península eurásiana, do ponto de vista do *heartland* soviético; 5) o Oriente Médio, um longo cinturão de nações que vai do Irã, passando pela Ásia Menor e pela Península Árabe, até o litoral árabe da África do Norte; 6) o subcontinente do Sul da Ásia; 7) o Sudeste da Ásia, além da Indochina, o vasto arquipélago oceânico que contém a Indonésia, as Filipinas, Cingapura, a Malásia, a Tailândia e a Birmânia; e 8) o Nordeste da Ásia, o triângulo Japão—Coreia do Sul—China/Formosa.

Essas zonas, a orla da Eurásia, estão cercadas por um círculo exterior de continentes e povos, principalmente as terras do hemisfério sul, que se agrupam em três zonas: 9) a América do Sul; 10) a África Central e do Sul; 11) a Austrália e a Nova Zelândia.

Acredito que o foco esteja passando ao círculo externo de continentes e povos que compreende principalmente as terras do hemisfério sul — América do Sul (zona 9), África Central e Meridional (zona 10), Austrália e Nova Zelândia (zona 11). Elas constituem, não a presa final, mas a área de conflito imediato na qual vem sendo travada, neste justo momento, a guerra de baixa intensidade para modificar o equilíbrio do poder que, com o tempo, determinará as batalhas globais maiores. No entanto, é preciso não esquecer que, embora todas as tentativas de medir o poder e os equilíbrios de poder globais e regionais sejam difíceis e inexatas, mais difícil ainda é emitir juízos sobre as tendências das relações de poder.

O poderio nacional, descrito em termos realistas, é uma mistura de debilidades estratégicas, econômicas e políticas. É determinado, em parte, pelas forças militares e pela organização militar de um país, mas mais ainda pelo tamanho e localização do território, a natureza de suas fronteiras, as populações, os recursos de matérias-primas, a estrutura econômica, o desenvolvimento tecnológico, a força financeira, a composição étnica, a coesão social, a estabilidade dos processos políticos e decisório e, por último, a qualidade intangível geralmente chamada de espírito nacional.

Elaborei uma fórmula, uma notação taquigráfica ou sistema de índices, relacionando tais fatores, que é a seguinte:

$$P_p = (C + E + M) \times (S + W)$$

Seus termos estão definidos da seguinte maneira:

P_p = Poder Percebido

C = Massa Crítica: População + Território

E = Capacidade Econômica

M = Capacidade Militar

S = Objetivo Estratégico

W = Vontade de Executar a Estratégia Nacional

O crescimento militar dinâmico dos soviéticos leva-nos a perguntar que poder político poderá nascer dos canhões soviéticos quando se aproximar, em 1982, um período de perigosa vulnerabilidade estratégica. Hoje, as forças não-nucleares de combate tornam-se importantes nas percepções do poder militar que pode ser utilizado em conflitos menores do que a guerra total. **Sendo esse o caso, devemos evitar que venhamos a cair numa inferioridade estratégica geral e precisamos trabalhar juntos para defender as vias marítimas em que se move o comércio internacional de mercadorias.**

Consideramos por um momento os componentes da fórmula, tomando em primeiro lugar a população. Existem mais ou menos 4 e 1/3 bilhões de habitantes no mundo e, aproximadamente, a metade de toda a população do planeta reside na República Popular da China, na Índia, na URSS e nos EUA. As 16 nações com populações acima de 50 milhões incluem a maioria dos países geralmente considerados potências mundiais. Contudo, alguns países de pequena população podem, apesar disso, exercer uma influência desproporcional nos assuntos internacionais devido a alguma vantagem especial, como uma localização estratégica. É o caso, por exemplo, de Israel e Cingapura.

No que diz respeito ao território, um país grande geralmente dispõe de amplos recursos primários para seu povo explorar economicamente. Existem 135 milhões de quilômetros quadrados de terra habitáveis na superfície do globo, e os primeiros seis países em tamanho, a URSS, a RPC, os EUA, o Brasil e a Austrália estão mais ou menos equilibrados entre si, cada um ocupando cerca de 7 milhões de quilômetros quadrados. As terras inúteis são um fator a ser considerado na apreciação da massa crítica, mas recursos minerais importantes podem encontrar-se sob os desertos e nações pequenas podem controlar corredores marítimos ou terrestres de importância, como o Canal de Suez ou o Estreito de Málaca. A massa crítica realmente equaciona-se a uma imagem de poder: não se pode negar que os oito maiores países em tamanho geográfico são considerados nações de consequência.

O tempo é escasso para explicar as correções de peso de minha apreciação e procurarei apenas esboçar minha avaliação em traços gerais. A força econômica é imensamente importante nas percepções de poder. Tal força satisfaz as necessidades de bens e de serviços e suporta as capacidades militares organizadas, a manufatura de armas e o apoio logístico e técnico das Forças Armadas. O investimento e o comércio enriquecem mutuamente as nações, ao mesmo tempo em que o comércio

internacional dá acesso a recursos e mercados e o potencial para exercer influência além-mar. O poderio econômico e a potencialidade econômica são particularmente difíceis de avaliar, mas as nações relativamente auto-suficientes — sobretudo em matérias-primas para a indústria e alimentos — são geralmente tidas como mais poderosas do que outras com o mesmo nível coerente da capacidade econômica. Acresce que, ao utilizarmos medidas quantitativas de capacidade econômica, devemos temperar nosso julgamento com uma compreensão dos vários estágios do desenvolvimento econômico. A medida-padrão da força econômica mobilizada é o produto nacional bruto (PNB).

Em 1978, os EUA dispunham de um pouco mais que um quarto do produto mundial, enquanto que as outras nove nações com os maiores PNBs respondiam por cerca de três quartos da produção mundial. Vale a pena observar que todas, com exceção da URSS e da RPC, eram aliadas muito próximas dos EUA. Estou ciente de que a utilização do PNB encobre muitas feições especiais de uma economia, de modo que preferi modificar minhas classificações baseadas no PNB, através de 5 grandes fatores: energia, minerais críticos, poderio industrial, produção de alimentos e comércio exterior.

Todos nós conhecemos os resultados do embargo petrolífero de 1973 — 1974. Nos EUA, o suprimento suficiente de óleo é um dos problemas mais difíceis, dos pontos de vista econômico e estratégico. Embora sejam um dos maiores produtores de petróleo do mundo, os EUA são, entre os grandes produtores, os únicos que necessitam fazer importações maciças para atender suas necessidades econômicas. Em poucos anos, a URSS também poderá atingir esse estágio, o que torna o óleo de produção barata da Península Árabe do Golfo Pérsico uma presa valiosa até o momento em que sejam encontrados combustíveis alternativos em quantidade suficiente para suprir a demanda mundial. Atualmente, mais de 2 milhões de toneladas métricas de óleo passam por mês no Estreito de Hormuz.

Considero cinco minerais não-combustíveis como de importância crítica devido à sua utilização generalizada na indústria moderna. O minério de ferro é um caso especial por causa de sua importância na indústria pesada e na manufatura de armas. Os outros são o cobre, a bauxita, a cromita e o urânio. Na produção industrial, o aço, o alumínio e o cimento — especialmente importante para a capacidade industrial, inicialmente são os indicadores escolhidos.

A década de 70 demonstrou repetidas vezes que a capacidade agrícola poderá vir a ser um dos componentes mais críticos do poder econômico: as nações que produzem excedentes de mercadorias alimentícias estão, em certa medida, insuladas das variações climáticas e das flutuações de mercado. É necessário considerar o seguinte: toda medida de produção agrícola deve ser relacionada ao número de habitantes do país. Por exemplo, a RPC emprega a maioria de sua força de trabalho para alimentar a população a um nível de mera subsistência.

Todas as nações, grandes ou pequenas, estão ficando cada vez mais envolvidas nos assuntos umas das outras, dos pontos de vista econômico, político, cultural e em termos de segurança militar. Portanto, não é de surpreender que o comércio

exterior seja um bom índice de poder ou influência exercida nas relações econômicas internacionais. A reputação de grande nação comercial contribuiu para uma imagem do poder relacionada não somente com a produtividade econômica, mas também com a capacidade de acesso a recursos, mercados e vias de comércio ao redor do globo.

Nosso próximo grande fator de poder, a capacidade militar, consiste de forças estratégicas e convencionais. A sanção final nas disputas entre nações é o uso da força militar. Quando ocorre a ameaça do uso da força militar, a capacidade de mobilização dessa força torna-se de máxima importância, ou porque a prontidão da força superior decide a questão sem luta, ou, no caso da deflagração de uma guerra, porque a arbitragem vai ter lugar no campo de batalha.

O predomínio esmagador da força nuclear estratégica dos soviéticos e dos norte-americanos é o fator dominante da vida internacional. Contudo, certa aura de poder vem do fato de ser membro do "clube nuclear", e até mesmo nações como o Japão, a Suécia, a Argentina, a África do Sul, o Paquistão e a China/Formosa, vistos como possuidores da capacidade de fabricar armas nucleares, desfrutam, entre seus vizinhos, de certa vantagem marginal de respeito ou temor. É a ameaça do uso de bombas ou mísseis nucleares — como chantagem ou escudo — que exerce enorme pressão sobre as situações internacionais de conflito. Quanto menos responsável é a liderança de uma nação, maior será a ameaça nuclear, pois sua efetivação torna-se mais verossímil para as possíveis vítimas.

Em circunstâncias normais, a força militar convencional é decisiva para os confrontos que ainda não chegaram à guerra. Essa força assegurará certa medida de defesa a uma nação atacada por um vizinho agressivo, até o momento em que as grandes potências possam deter o conflito para julgá-lo ou arbitrá-lo. Até certo ponto, um país que possua forças militares convencionais eficientes poderá desafiar a influência moderadora das potências nucleares, chegando a triunfar sobre Estados menos bem armados. A tomada do Vietnã do Sul, Kampuchea e Laos pelas forças convencionais comunistas, apesar dos esforços norte-americanos para impedi-la, é uma demonstração eloqüente desse ponto. O fator determinante esteve nos diferentes níveis de vontade nacional.

As percepções de poderio são altamente subjetivas, no entanto, o "poder percebido" de uma nação fica incomensuravelmente ressaltado se sua força de armas nucleares for suficiente para enfrentar um desafio convencional até as últimas conseqüências, antes de recorrer à guerra nuclear. Provavelmente, a maioria dos conflitos futuros será com forças convencionais não-nucleares, sendo percebida uma capacidade em todos os sentidos, para fins gerais de combate, vigiando os degraus inferiores da escalada que leva à guerra nuclear. A dissuasão depende do equilíbrio total das forças, especialmente quando é percebido que, em certas circunstâncias, torna-se plausível um intercâmbio nuclear limitado. Hoje, a pressão político-psicológica exercida pela mera existência das armas nucleares é o elemento predominante dos cálculos internacionais de poder.

As estimativas padronizadas de poderio militar convencional, baseadas principalmente em número de tropas, de unidades de combate e inventários de equi-

pamento, são reconhecidamente pouco dignas de confiança. Os "intangíveis" do poderio militar — a habilidade e o moral das tropas, a qualidade de liderança militar, a coerência das estratégias operacionais, a flexibilidade, mobilidade e alcance das forças e até mesmo o moral político são muitas vezes ignorados porque não podem ser expressos em números e listas. No entanto, as estimativas de poderio militar que excluem tais intangíveis são enganadoras e inadequadas. Além de considerar os dados numéricos de força humana em minha análise do poder, levei também em conta a qualidade dessa força — a eficácia operacional das tropas em tempo de guerra — a eficiência das armas, a infra-estrutura e o apoio logístico e a qualidade da organização isto é, a qualidade da burocracia das Forças Armadas.

Assim, construímos um guia aproximativo da distribuição do poder no mundo atual. Passamos então ao dois fatores mais críticos de minha fórmula de medida do poder. Em nível nacional, a **estratégia** é a parte do processo decisório que conceitua e estabelece metas destinadas a proteger e valorizar os interesses nacionais dentro do ambiente internacional circundante. **Vontade Nacional** é o grau de resolução que pode ser mobilizada entre os cidadãos de uma nação em apoio às decisões governamentais sobre defesa e política exterior. A vontade nacional é a base sobre a qual a estratégia nacional é formulada e executada com êxito. Enquanto que os elementos de poder anteriores foram tratados, em bruto, como aditivos, o uso do sinal de multiplicação na fórmula, a essa altura, significativa que o valor de toda a equação pode ser alterado substancialmente pelos fatores que constituem o coeficiente de $S + W$.

Somente a URSS, os EUA e a RPC vêm tendo, nestes últimos tempos, um conceito estratégico integrado, verdadeiramente global, na conduta de seus assuntos internacionais. Hoje, várias nações novas de importância regional, como a Nigéria, o Brasil e a Indonésia estão se lançando nas fileiras das potências com envolvimento globais. Contudo, em termos amplos de estratégia internacional, o número dos países que desempenham papéis importantes continua pequeno e deverá permanecer assim durante a década de 80.

De modo geral, uma estratégia nacional evoca um nível de resposta apropriado ao grau de interesse que parece representar para a população, definido esse interesse como o agregado dos interesses individuais percebidos.

Seja qual for a estratégia, uma nação pode ser eficiente ou inepta para executá-la, dependendo da solidez da vontade política do povo, expressada no processo decisório nacional. A firmeza daquela vontade dependerá, em parte, de uma formulação sábia e de uma explicação bem feita das metas estratégicas, em termos dos interesses nacionais. Essa função explicativa é de importância crucial num governo representativo, baseado no consentimento dos governados. Nos Estados comunistas, o mesmo objetivo é atingido pela doutrinação constante, de cima para baixo, ao longo da linha de comando. A meu ver, os principais componentes da vontade de uma nação são a integração nacional, a força da liderança e a relevância da estratégia.

Em resumo, é esse o meu conceito de "politectônica" e o meu método de avaliar o poder das nações.

A África Central e Meridional é uma das principais arenas do conflito estratégico subterrâneo entre a URSS e seus aliados — especialmente Cuba — e as nações industriais da Europa Ocidental, que dependem da região meridional da África para a obtenção de minerais não-combustíveis essenciais. O sistema de alianças dos EUA acha-se diretamente desafiado pelos avanços e sondagens dos soviéticos na África, posto que pelos avanços e sondagens dos soviéticos na África, posto que a África do Sul detém a posição estratégica primordial nas rotas comerciais de importância vital que ligam o mar da Arábia e o Oceano Índico à Europa Ocidental, às costas marítimas das Américas e ao leste da Ásia.

A África Central e Meridional ocupa uma posição média entre as zonas geoestratégicas, com 17 milhões de quilômetros quadrados e 330 milhões de habitantes. Suas frágeis relações tribais e regionais, junto às dificuldades de desenvolvimento de suas economias primitivas e de estabelecimento de novos sistemas de governo tornaram a região particularmente vulnerável. Num período de relativa escassez de recursos, as vastas reservas de cromo, cobalto, manganês, vanádio e outras ligas valiosas, ouro, diamantes, carvão e urânio da África Meridional ressaltam seu valor como parceiro comercial do mundo livre e tornam-na um alvo primordial da intervenção da URSS. Sob a bandeira do apoio marxista-leninista às guerras de libertação nacional, a União Soviética, Cuba e a Alemanha Oriental buscam explorar essa riqueza e atingir a meta estratégica de cortar os elos entre as regiões centrais e meridionais da África e os EUA e seus principais aliados.

Entre as 60 principais nações do mundo em poder percebido constam as seis nações africanas mais populosas. Somente a África do Sul é considerada possuidora de poder militar (não-nuclear); a África do Sul e o Zaire têm minerais críticos; a Tanzânia, a Etiópia e o Quênia combinam extensão territorial, população numerosa e liderança atualmente vigorosas; a Nigéria tem petróleo em abundância, e a África do Sul, uma extraordinária variedade de minerais e uma produção agrícola diversificada. O Zimbábue/Rodésia é uma das principais fontes de cromita do mundo, fora da União Soviética, e tem grande significação estratégica dentro da luta dos soviéticos para isolar a economia adiantada da África do Sul do resto da região. Se o regime de orientação européia da África do Sul vier a ser substituída por um governo hostil aos interesses ocidentais, o comércio internacional poderia vir a ser privado daqueles minerais, criando um vasto problema para as nações industriais do mundo livre.

A presença soviética em Angola, Zâmbia, Moçambique e Etiópia ameaça as rotas marítimas do Cabo da Boa Esperança, nas quais a cada 24 horas passam 55 navios a caminho entre o Oceano Índico e o Atlântico Sul.

Toda a comunidade do comércio internacional sofreria caso houvesse uma interrupção prolongada do tráfego marítimo naquela região do Atlântico.

O hemisfério ocidental é uma zona estável em comparação com a África, da qual Recife dista apenas 1.700 — 1.800 milhas náuticas. Mas existe a necessidade urgente de reviver o sentido comunitário entre as nações americanas que havia durante a Segunda Guerra Mundial e na crise dos mísseis cubanos de 1962. A Amé-

rica Latina está ameaçada pela presença militar soviética em Cuba e pelas atividades dos cubanos na Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Granada e Jamaica.

Na região do Caribe, o México, o 13º país do Mundo em extensão territorial, com 1.978.760 quilômetros quadrados, tem mais de 10 milhões de habitantes. Cuba tem 10 milhões, e somente a Guatemala, o Haiti e a República Dominicana têm populações acima de 5 milhões. Os 12 países do continente sul-americano têm cerca de 235 milhões de habitantes e 17,6 milhões de quilômetros quadrados de superfície terrestre — pouco mais que a África Central e Meridional. Além da nação gigante do Brasil, há cinco nações de tamanho médio da América do Sul: Argentina, Colômbia, Peru, Venezuela e Chile.

A segurança do Caribe é vital para o livre fluxo de matérias-primas a todos os países do hemisfério ocidental. As atividades cubano-soviéticas nessa área ameaçam a segurança do tráfego através do Canal do Panamá ou aquele que passa entre os portos norte-americanos do Golfo do México e a Europa ou a África. Na eventualidade de uma guerra, a maioria dos reforços de tropas para os países da NATO sairia dos portos norte-americanos do golfo.

Seguindo a linha da teoria marxista-leninista, estão sendo feitas tentativas para acentuar os males econômicos da América Central com atividades terroristas, greves, sabotagem, seqüestros e assassinios políticos, até que seja possível desligar estrategicamente a América do Norte da do Sul. **A década de 80 trará problemas a todas as Américas, senão cooperarmos numa "negativa estratégica", impedindo o acesso de potências hostis às áreas terrestres e criando juntos uma política com reservas de poder, durabilidade e flexibilidade para superar os fatores limitadores.**

Muitos países da América do Sul acham-se à beira de entrar na esfera economicamente dinâmica e industrializada no Primeiro Mundo. Vários deles possuem uma estabilidade e um sentido de decência política que ultrapassam, de longe, a maioria dos países do chamado Terceiro Mundo, digam o que quiserem os estereótipos da imprensa norte-americana. Os problemas sociais que acompanham o desenvolvimento urbano são acentuados na América Latina pela superposição das etapas do processo de industrialização, fase pela qual já passaram todos os países desenvolvidos. Sem dúvida, os EUA e as repúblicas livres da América do Sul podem resolver suas diferenças com uma compreensão maior dos sistemas internos de cada um, protegendo assim seus interesses vitais mútuos de estabilidade política e comércio internacional.

Apesar dos problemas da inflação dos países em desenvolvimento, a América do Sul deu grandes passos no desenvolvimento e no comércio. Tem ainda potenciais inexplorados no campo da energia e muitos países dão prioridade à meta da auto-suficiência em minerais, produtos petroquímicos básicos, produtos florestais, fertilizantes, inseticidas e os principais minerais não-metálicos. Ao mesmo tempo, o comércio exterior está sendo estimulado por uma diversificação de produção. Os desequilíbrios comerciais estão sendo reduzidos por controles rigorosos que dão prioridade às matérias-primas para a indústria existente e ao equipamento para projetos destinados à manufatura de substituições de importações. Dentro dos padrões

de vida atuais, a América Latina e os mares que a rodeiam serão um dos principais reservatórios de alimentos do mundo.

Os países pouco povoados da América do Sul demonstraram seu potencial para o desenvolvimento num mundo faminto: a expansão e o melhoramento da produção de carne, soja e frutas cítricas ilustram esse fato. A Venezuela é um grande país exportador de petróleo, que produz um pouco mais do que a Nigéria. Tanto o Brasil quanto a Argentina são exportadores de alimentos em grande escala que estão desenvolvendo vigorosamente exportações não-tradicionais. Existem valiosos minerais comercializados internacionalmente no Chile e em muitos outros países latino-americanos: cobre, estanho, manganês, bauxita, molibdênio, ferro e nitratos são os mais importantes. A América do Sul tem em reserva as mesmas matérias-primas hoje buscadas na África. Além disso, muitos países possuem tecnologias modernas e uma força de trabalho altamente especializada.

O comércio através do Pacífico com o Extremo Oriente, a Austrália e a Nova Zelândia está aumentando numa época em que a crescente escassez mundial de recursos alimentares e combustíveis tornou o "krill" (palavras norueguesas que significa "peixe minúsculo"), rico em proteínas, e os recursos energéticos potenciais da Antártida, objetos de interesse para muitas nações. Uma aliança de todos os oceanos faz-se imperativa para que os peixes, os combustíveis e os nódulos de manganês do Pacífico possam ser explorados em paz.

Apesar de suas pequenas populações, a Austrália e a Nova Zelândia estão ficando cada vez mais importantes. A Austrália é muito rica em recursos minerais — tem aproximadamente 20% do urânio conhecido e facilmente extraído do mundo não-comunista — e seus vários minerais são absolutamente essenciais à indústria japonesa. A Austrália e a Nova Zelândia estão fazendo grandes esforços para expandir a industrialização e ampliar as exportações. Têm um interesse constante e crescente em expandir o comércio com a América do Sul, sobretudo no campo dos produtos agrícolas ou relacionados à agricultura. Ambos os países têm altos padrões de vida e estão capacitados a contribuir para a criação das necessárias infra-estruturas nos países que carecem delas.

Na década de 80, os EUA necessitam de uma política exterior coerente, baseada numa estratégia que os norte-americanos e seus amigos possam entender — uma ênfase renovada da segurança coletiva ou mútua, com 20 ou mais aliados participando dos encargos econômicos, militares e políticos. Meu modelo para a "Aliança de Todos os Oceanos", pacífica e voluntária, é a Liga Ateniense do Século V a C. ... Essa aliança tem de ser suficientemente forte para contrabalançar as manobras hostis de potenciais adversários totalitários. Seu objetivo não deve ser a hegemonia imperial, mas a dedicação a assegurar a segurança e o modo de vida político, econômico e social que os respectivos cidadãos de cada nação desejam.

A aliança proposta refletiria os interesses globais dos grandes Estados mercantis. Não substituiria quaisquer compromissos políticos multilaterais ou garantias de segurança existentes, mas restauraria a credibilidade destes e aumentaria seu escopo geográfico. A aliança não se limitaria ao planejamento militar, mas

incluiria uma política econômica e a participação nas informações de interesses comuns. A tarefa estratégica central dessa nova e informal liga de Estados seria a cooperação para proteger, em tempo de paz ou de guerra, as rotas marítimas que ligam as grandes nações comerciantes do mundo livre entre si, em três grandes oceanos, o Atlântico, o Pacífico e o Índico, através dos quais os recursos de matérias-primas são transferidos dos fornecedores aos usuários. Por uma questão de oportunidade, os compromissos de cooperação voluntária e os acordos informais de funcionamento para as patrulhas navais e patrulhas aéreas integradas de base terrestres poderiam ser estabelecidos através da diplomacia normal.

Os aliados partilhariam dos encargos navais e aéreos para a proteção coletiva das novas e aumentadas zonas marítimas territoriais e, com a cooperação deles, os EUA dividiriam suas forças numa Marinha de três oceanos, com apoio aéreo, mantendo uma superioridade no mar contra qualquer ameaça pelo fato de estar na vanguarda da tecnologia naval e aérea. As nações liderantes do mundo livre devem unir-se firmemente para garantir a passagem segura e inocente, a qualquer momento, através de todas as vias marítimas internacionais, especialmente os pontos de estrangulamento, onde o bloqueio ou os embaraços causados ao tráfego são eventualidades possíveis.

É urgente que os EUA protejam seus elos com seus aliados-chaves da Europa Ocidental, da orla da Eurásia e das regiões do círculo exterior do globo, e que participam da formação dos destinos das nações espalhadas pelas zonas "politéctônicas". **Nossos principais aliados no comércio internacional devem ajudar a definir os planos de cooperação para a Aliança dos Oceanos.** A política deve entretecer os fios dos interesses militares, políticos e econômicos que se ajudam mutuamente. Os elos cooperativos entre os membros da aliança e seus entendimentos bilaterais sobre segurança política coletiva devem tornar-se parte de um "interesse em andamento", para utilizar a expressão de Sir Halford Mackinder sobre uma entidade de caráter geopolítico que, levada por seu próprio impulso, transforma-se num valor estratégico.

A estratégia da Aliança de Todos os Oceanos, por nós sugerida, recomprometeria os EUA com os ideais políticos e econômicos nos quais a maioria do povo norte-americano acredita: é um conceito estratégico coerente, em torno do qual os norte-americanos e seus verdadeiros amigos no exterior podem congregarse.

Diante das desordens revolucionárias do mundo, devemos dar prioridade máxima à preservação da saúde e do vigor das sociedades abertas do Ocidente. Não há simpatia nem diplomacia, nem concessões, por maiores que sejam, que possam, dentro de um futuro previsível, alterar substancialmente, a meu ver, a hostilidade básica de Pequim ou Moscou contra as sociedades abertas e pluralistas. Mas a estratégia que esbocei aqui poderá manter, em bruto, o presente equilíbrio entre as relações internacionais de poder percebido. Juntos, teremos a capacidade de atingir essa meta. Quinze ou vinte nações marítimas e comerciais, trabalhando junto com os EUA numa "nova Liga Ateniense" voluntária uma Aliança de Todos os Oceanos — terão abundante poder político, econômico e militar para repelir abusos contra

sua independência política e sua segurança, de onde quer que vierem. O Brasil certamente estaria entre esses países que se juntariam aos EUA para formar a liga marítima que descrevi. Os outros deveriam ser, no mínimo, a Grã-Bretanha, a França, o Canadá, o México, a África do Sul, o Japão e a Austrália. Será que temos a clareza de visão e a força de vontade para enfrentar os desafios da década de 80? Espero que sim. Pelo menos, espero que os EUA e o Brasil saibam mostrar-se à altura desse imperativo estratégico.

(Conferência proferida no Seminário Internacional de Política e Estratégia, promovido pela Organização CONVÍVIO, em novembro de 1979, em São Paulo. A DEFESA NACIONAL agradece à Organização CONVÍVIO a cessão dos direitos de publicação).